

Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS

Curitiba: CRV, 2017. 170p.

Felipe Queiroz*

O debate sobre o período da industrialização brasileira, iniciada com Getúlio Vargas na década de 1930, ganha uma original e importante contribuição com o livro de Francisco Pereira Farias, *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. O livro é uma versão ligeiramente modificada da tese de doutorado do autor, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, em 2010, e está dividido em quatro capítulos.

No primeiro, “Dinâmica da pesquisa”, o autor apresenta a tese central do livro, a de que há uma crise de hegemonia no período, e o arcabouço teórico e metodológico com o qual trabalhará nos capítulos seguintes em sua análise da complexa relação entre o Estado brasileiro e as classes e frações de classe dominantes no período. No segundo capítulo, Farias analisa a participação da burguesia industrial no processo de industrialização do país e como ela se apresentou como fração politicamente não hegemônica dentro do bloco no poder. O capítulo seguinte se dedica a analisar o capital mercantil e como este, dadas as características de burguesia compradora e associada aos interesses do capital forâneo, se contrapôs à centralização institucional do país e à política industrialista. O último capítulo aponta a propriedade fundiária como uma fração pré-capitalista e subordinada no bloco no poder.

* Doutorando em Ciência Política pela Unicamp. E-mail: felipequeiroz_braga@hotmail.com

Partindo do debate sobre a configuração do poder político no Brasil na fase de transição industrial, o autor defenderá a tese de que o período entre 1930 e 1964 foi marcado por uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, na qual nenhuma fração da burguesia (industrial, mercantil e fundiária) foi capaz de impor seus interesses econômicos e políticos sobre as demais frações. A especificidade dessa crise de hegemonia, como aponta o autor, é o caráter independente que as políticas do governo, sob a forma de um programa nacional-desenvolvimentista, assumem frente aos interesses econômicos imediatos das diferentes frações burguesas em disputas no período.

Para analisar a relação entre o Estado e bloco no poder no período, o autor trabalha com um complexo conceito de fração burguesa – resultado do cruzamento de vários sistemas de fracionamentos de classe. Essas frações de classe não são rígidas nem permanentes, mas flexíveis e temporárias, apresentando múltiplas dimensões de clivagens, segundo a função do capital, a origem geográfica, a relação com o capital estrangeiro etc. Somente a partir desse complexo fracionamento de classe é que o autor analisará a ação das diferentes frações da classe dominante frente ao programa nacional-desenvolvimentista, cujos eixos básicos eram a centralização política do país, o intervencionismo econômico e a industrialização. O autor mostra que os conflitos não se limitavam ao capital mercantil e à burguesia industrial, mas também abarcavam a esfera regional, isto é, entre as frações burguesas das regiões mais avançadas e as mais atrasadas economicamente do país. Nesse sentido, Farias aponta, por um lado, como os interesses econômicos do capital mercantil das regiões e estados mais atrasados se articulavam com os das frações industriais das regiões mais desenvolvidas do país; por outro, a maneira pela qual, dentro de uma mesma região do país, como era o caso do Nordeste, alguns estados concentram mais capitais, tornando-se centros econômicos, ao passo que impunham restrições aos parques produtivos das áreas mais periféricas.

Esse arrojo na conceituação da fração burguesa possibilita que o autor analise, ainda que brevemente, os conflitos ideológicos e os aspectos culturais da luta pela hegemonia. Dialogando diretamente com as obras consagradas de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, e Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, o autor analisará, ao longo do período pós-1930, o rompimento do “discurso da ‘vocalização agrária’ pela burguesia industrial, porém sem a correspondente hierarquização nos efeitos da política de desenvolvimento”, conquistando a “preponderância cultural, mas não a hegemonia política” (p.101)

O papel da burocracia estatal ganha relevo na análise de Farias. Segundo ele, a burocracia (civil e militar) de Estado se apresentou como a força social capaz de orientar a política de integração nacional e desenvolvimento industrial do país, superando a condição de economia sumamente agroexportadora. Ao conduzir o programa nacional-desenvolvimentista, a burocracia estatal adotou medidas políticas que não priorizavam nenhuma das frações da classe burguesa (intervencio-

nismo econômico, centralização política, legislação trabalhista); antes satisfaziam seus interesses específicos de modo secundário (protecionismo econômico, acordo comercial bilateral), variando conforme a conjuntura econômica e política. É especialmente este aspecto que exprime a situação de crise de hegemonia política no interior do bloco no poder no período. Seguindo a conceituação teórica de Nicos Poulantzas, o autor entende que o período 1930-1964 é marcado por uma política bonapartista, na medida em que o Estado mantém a independência diante dos interesses específicos de cada uma das frações dominantes, orientando-se pelos interesses globais da classe dominante.

A forma com a qual o autor utiliza o conceito de Estado bonapartista é sofisticada e traz avanços à análise da teoria do Estado. Como se depreende da análise do livro, o conceito que Farias utiliza não se caracteriza por uma política econômica zigzagueante que, dada uma situação de crise de hegemonia, busca atender às reivindicações ora de uma fração do bloco no poder, ora de outra; mas aponta para uma situação na qual, em virtude de uma crise de hegemonia, a burocracia de Estado adquire maior margem de manobra em relação às frações que compõem o bloco no poder para definir e conduzir uma estratégia de desenvolvimento capitalista própria, atendendo apenas secundariamente aos interesses das frações da classe dominante.

O livro de Farias é inovador e original em dois sentidos: por um lado, avança na reflexão historiográfica brasileira ao propor uma leitura alternativa às duas principais correntes interpretativas para o período: a corrente que defendia a tese da hegemonia política da burguesia industrial a partir da Revolução de 1930, cujos principais expoentes foram Jacob Gorender e Francisco de Oliveira; e a corrente encabeçada por Florestan Fernandes e Francisco Weffort, que compreendia que o período foi marcado por uma crise de hegemonia no Estado e no conjunto da sociedade brasileira. Por outro lado, a tese de Farias é o fruto de uma leitura poulantziana original sobre a relação entre economia, classes sociais e Estado no período central da industrialização brasileira, com contribuições tanto para a teoria marxista do Estado proposta por Nicos Poulantzas, quanto para as reflexões e interpretações poulantzianas da historiografia brasileira. Deste modo, o trabalho de Farias soma-se aos de Décio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1981)* (1985), Renato Perissinotto, *Classes dominantes e hegemonia na República Velha* (1994), e Armando Boito Jr., *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo* (1982), na construção de uma reflexão poulantziana dos processos políticos e sociais do Brasil.

Francisco Farias, em *Estado burguês e classes dominantes no Brasil*, apesar de concentrar sua reflexão na análise das classes dominantes do período entre 1930 e 1964, apresenta avanços teóricos e conceituais que podem ser aplicados a outros contextos históricos. A análise que o autor faz das frações da classe dominante nessa conjuntura específica lança luz sobre os processos políticos, econômicos e sociais contemporâneos.